

MODERNIDADE E CONFLITOS AMBIENTAIS: O CASO DA BARRAGEM MARRECAS

Lucas Woltmann Figueiró²⁶

Resumo: A implantação da Barragem Marrecas, projeto de “desenvolvimento” promovido no município de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, desencadeou a configuração de um cenário de conflito ambiental, caracterizado sobretudo pela sobreposição das formas de ocupação e produção tradicionais nos distritos de Vila Seca e Criúva. Segundo a análise realizada, o conflito decorre em boa medida de diferentes representações sobre a relação entre “ser humano” e “natureza” e das implicações que decorrem desta dualidade, fundamental no imaginário moderno ocidental. Tal percepção emerge de duas etapas analíticas: (i) problematização do pensamento moderno ocidental e suas dicotomias centrais, sobretudo a distinção “natureza” e “cultura”, e a (ii) exploração do caso empírico da Barragem Marrecas mediante entrevistas não-estruturadas realizadas com representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), agricultores atingidos por este projeto e representantes da Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA).

Palavras-chave: Modernidade; Desenvolvimento; Conflitos ambientais.

Abstract: The implementation of the Marrecas Dam, a "development" project promoted in the city of Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, triggered the configuration of a scenario of environmental conflict, characterized above all by the overlapping of traditional forms of occupation and production in the districts of Vila Seca and Criúva. According to the analysis, the conflict stems largely from different representations of the relationship between "human being" and "nature" and the implications of this duality, which is fundamental in the Western modern imaginary. This perception emerges from two analytical stages: (i) problematization of Western modern thought and its central dichotomies, especially the distinction between "nature" and "culture", and (ii) exploration of the empirical case of the Marrecas Dam through unstructured interviews with representatives of the Autonomous Municipal Service of Water and Sewage (SAMAE), farmers affected by this project and representatives of the Municipal Secretary of Agriculture, Livestock and Supply (SMAPA).

Keywords: Modernity; Development; Environmental conflicts.

INTRODUÇÃO

Há cerca de sete meses conheci o curioso estudo de Kawai (1965) sobre a emergência de comportamentos “pré-culturais” em macacos situados na ilha de Koshima, Japão, ideia baseada nos processos de aprendizado de novas práticas “culinárias” por parte destes macacos, incluindo a difusão e manutenção destes novos comportamentos ao longo do tempo. Passei a me questionar como, em virtude do aprendizado de novas práticas culinárias, operava-se a distinção entre o “natural” e o “cultural”, ou precisamente, do “natural” ao “pré-cultural”. Tal equação

²⁶ Graduado em Políticas Públicas, graduando em Ciências Sociais e mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

me parecia complexa demais para uma simples resolução. Observei “passagens” semelhantes em outros estudos, certamente influenciados pelo saber antropológico próprio à sua época, em especial as reflexões desenvolvidas por Claude Lévi-Strauss, como o interessante estudo de Woortmann e Woortmann (1997) sobre um grupo de camponeses sergipanos, por exemplo.

Tais questionamentos ganharam fôlego quando tive a oportunidade de conhecer o barramento Marrecas, projeto de “desenvolvimento” implantado em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e o conflito ambiental por ela causado. A partir deste momento, passei a problematizar os contextos e as situações onde diferentes grupos sociais passam a manifestar, seja por exigências físicas (desastres ambientais), seja por direitos, os princípios que balizam/orientam suas ações e seus modos de vida, gerando por conseguinte uma disputa (ALMEIDA E PREMEBIDA, 2014) entre atores, valores, conjunto de saberes e interesses que configuram o campo da “ecologia política”, onde convergem/divergem formas de racionalidade e significações atribuídas à “natureza” (LEFF, 2006). Neste sentido, passei a questionar o próprio conceito de “natureza”, o que consolidou minha curiosidade em problematizar o pensamento moderno ocidental e suas dicotomias fundantes, tal como “natureza” e “cultura” (sociedade; política), “sujeito” e “objeto”, e tantas outras que habitaram (“colonizaram”, diriam alguns autores pós e descoloniais) o campo científico nos últimos séculos.

Neste contexto emergiu o questionamento que guia este artigo: considerando a implantação da barragem Marrecas, bem como o conflito ambiental que emerge de sua existência, quais seriam as implicações geradas por diferentes representações sobre a “natureza”? Visando responder esta questão analisa-se em que medida a separação “ser humano” e “natureza” influenciou na geração e nas implicações geradas por este conflito ambiental. Além de articular uma reflexão teórica, foram realizadas análises documentais e entrevistas não-estruturadas com dois representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Caxias do Sul, promotores e defensores desta barragem, três agricultores atingidos e dois representantes da Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), que inclusive se mostraram os principais intermediadores entre os dois primeiros. Entre os grupos intermediados foram exploradas questões ligadas ao processo de implantação da barragem e suas possíveis implicações, bem como aspectos relativos à relação entre as duas partes ante e pós execução do

projeto. Após o registro das entrevistas, elas foram organizadas e analisadas a luz das discussões teóricas apresentadas na seção que segue, visando valorizar as argumentações e os sentidos mobilizados pelos entrevistados que faziam menção ao problema suscitado.

Refletindo sobre as observações realizadas e os relatos colhidos, notou-se certo antagonismo entre as representações defendidas pelos entrevistados: de um lado, percebeu-se por parte dos representantes do SAMAE uma postura preservacionista que acaba por separar o “ser humano” da “natureza”, reforçando essa distinção constitutiva do pensamento moderno; e por outro, os produtores atingidos demonstram uma perspectiva que reivindica sua necessidade para a conservação da biodiversidade da região, especialmente em virtude de seus conhecimentos ligados a prática da pecuária em campo nativo – saberes que, em projeto orientado aos atingidos pela barragem, passaram a ser questionadas por funcionários da SMAPA, que paradoxalmente são os maiores defensores dos interesses dos sujeitos impactados pelo conflito ambiental.

Além desta introdução, o presente estudo conta ainda com três seções. Na seção seguinte, problematizo o pensamento moderno ocidental e suas dicotomias, sobretudo a distinção “natureza” e “cultura”. A seguir, busco descrever e analisar o caso da barragem Marrecas, refletindo sobre o impacto de diferentes representações sobre o “ser humano” e “natureza”. Em uma última e breve seção, faço algumas considerações finais sobre esta pesquisa.

MODERNIDADE E QUESTÃO AMBIENTAL: PROVOCAÇÕES

Pensando nas relações que as sociedades contemporâneas estabelecem com seus "recursos físico-químicos", isto é, a base material para a manutenção e o funcionamento de seus processos produtivos, Raynaut (2006) atenta a uma questão central: as representações geradas a partir da relação entre o “ser humano” e o restante do Universo. Para tal, Raynaut (2006) utiliza uma abordagem histórica e promove uma “genealogia” de conceitos que balizam esta relação, bem como do sistema de pensamento no qual estariam arraigados.

Sua retomada histórica começa na segunda metade do século XIX, num contexto marcado pela emergência da era industrial e capitalista, ancorada na convicção no caráter inesgotável dos recursos naturais, no progresso da ciência e

técnica, uma perspectiva forjada no âmago do pensamento moderno ocidental (RAYNAUT, 2006). Dada a insuficiência de recursos disponíveis em território europeus, promoveram-se processos graduais e expansivos de dominação e expropriação, visando a apropriação destes recursos e controle da população colonizada. Segundo Raynaut (2006), já no século XX uma série de “rupturas”, difusas e complexas de reconstituir, teriam mostrado a grande “fragilidade” destes postulados iluministas, ainda que a “crença” nos avanços da ciência e da técnica, que supostamente permitiriam a “resolução dos problemas de escassez de recursos”, permanecera vigente - ver, por exemplo, o papel preponderante que ciência e tecnologia ganham no famoso discurso de Henry S. Truman em 1949, inaugurando a “era do desenvolvimento” (Esteva, 2000).

Segundo Raynaut (2006), neste momento houve uma reorientação das representações, expressa numa gradual tomada de consciência com relação a forma de uso e apropriação da base material visando a manutenção das formas de existência. O autor cita alguns marcos como o relatório Meadows e a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente como exemplo. Destaco, no entanto, a análise do “conteúdo semântico” promovida por Raynaut (2006), problematizando as diferentes palavras/expressões utilizadas para designar este recente “objeto de preocupações” nos mais diferentes idiomas: Environment/Environnement, Médio/Meio e Ambiente, evidenciando como todas estariam ancoradas em representações mentais que, em todas suas expressões, correspondem a uma imagem que exalta a centralidade do “ser humano” perante um universo que o cercaria, a “natureza”. Entretanto, em virtude das experiências históricas, essas representações não mais considerariam seu entorno como uma reserva sem limites a ser explorada para o benefício humano (RAYNAUT, 2006).

Mas vejamos como outros autores trabalham questões semelhantes. Partindo do questionamento “o que fazer da ecologia política?”, o estudo de Latour (2004) constitui-se numa obra de filosofia política da natureza. Em sua argumentação, Latour (2004) busca conjugar tanto os termos “natureza” e “política”, quanto “ciência”, uma vez que, para ele, uma das sutilezas da noção de natureza é justamente seu processo de “reconhecimento”, mediação exercida pelas práticas científicas. Desta compreensão, por consequência, emerge sua hipótese: “é preciso remeter o enigma da produção científica ao coração da ecologia política” (LATOURE, 2004 p. 15-16). A partir de seu esforço reflexivo, Latour (2004) demonstra que a

“natureza” não seria apenas um “domínio da realidade”, mas, entretanto, produto da divisão política enraizada no pensamento moderno, diferenciação entre o “objetivo”, indiscutível, caso da natureza, e o “subjetivo”, discutível, ou mais especificamente, política – todavia, como crava este autor em sua obra: *Jamais fomos modernos* (LATOURE, 1994). E justamente esse seria o equívoco do conceito “ecologia política” segundo Latour (2004), pois não bastaria “conjuguar” estes termos, haja vista que ambos foram desenhadas ao longo dos séculos justamente para evitar qualquer “reconciliação”.

Se para Latour (2004) a divisão entre “natureza” e “cultura” é uma forma de fazer política, sua intenção parece ser demonstrar a “crise” na crença deste agrupamento classificado como “natureza”, haja vista não existir uma “natureza de fato”. Esta percepção, aliás, se faz clara quando consideramos contribuições do perspectivismo ameríndio. Segundo Viveiros de Castro (1996), o pensamento ameríndio forneceria, na condição de contraponto, uma dissociação e redistribuição dos predicados integrados nestas duas séries paradigmáticas, “natureza” e “cultura”, que no pensamento moderno ocidental se opõem; sugerindo a expressão “multinaturalismo” para designar um traço diferencial entre o pensamento ameríndio perante as cosmologias “multiculturalistas” do “pensamento” moderno ocidental (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

Autores como Fausto (2002) e Lima (2008), por sua vez, ampliam para o reconhecimento dos não-humanos como sujeitos do conhecimento, e assim, animais, vegetais e deuses podem também ser “pessoas” e ocupar posições de sujeito na relação com os seres humanos (Fausto, 2002), promovendo, por conseguinte, fluxos de conhecimento – tal como sugestiona Lima (2008) ao discorrer sobre a transmissão de conhecimentos entre as “grandes cobras das profundezas das águas”, xamãs e caçadores entre os Katukina (pano). Segundo Steil (2014), ao reconhecer os não-humanos como sujeitos do conhecimento relativizam-se os procedimentos e protocolos das ciências modernas, até então naturalizados e universalizados para todas as culturas como prerrogativa “exclusiva” dos humanos, reconhecendo aqueles que este dualismo ontológico “natureza” e “cultura” objetivou, “negando-lhes qualquer agência no campo epistemológico” (STEIL, 2014 p. 167).

Autores de diferentes origens disciplinares e opções teóricas vêm buscando explorar as limitações explicativas das dualidades modernas no seio do pensamento ocidental, como “natureza” e “cultura”, “corpo” e “mente”, “sujeito” e “objeto”,

“animalidade” e “humanidade” e tantas outras. Considerando este campo de debates teórico-filosófico contemporâneo, Steil (2014) apresenta e delimita o conceito “epistemologias ecológicas”, que se singularizaria por expressar uma “ética ecológica”, ou como nos termos de Leff (2006), uma “racionalidade ambiental”, estabelecendo um ponto de convergência entre as variadas teorias e reflexões epistêmicas que conformam este campo. Estaria em curso um deslocamento na produção do conhecimento a partir da emergência da “questão ambiental”, percepções que poderiam desmascarar as relações de poder intrínsecas no conhecimento e nas estruturas institucionais que o restringem, que acabam por subalternizar saberes outros, importantes na busca de caminhos diferenciais de conservação e construção de subsistência e alternativas no campo da “ecologia política” (LEFF, 2013).

Vejamos um pouco dos caminhos percorridos por Steil (2014), ampliando algumas questões. Se contrapondo à perspectiva representacional (semelhante a Latour, 2004), que reduziria o conhecer a uma prerrogativa humana processada na mente enquanto operação racional, Steil (2014) discorre sobre os horizontes filosóficos deste campo epistêmico, convergindo inicialmente aos “novos materialismos”, que visam incluir no plano da construção de conhecimento as bases materiais da vida desconsideradas tanto pelo idealismo quanto pelo construtivismo (STEIL, 2014). Dentre outras aproximações centrais, para Steil (2014), estariam a reivindicação de simetria os humanos e não-humanos, bem como entre processos históricos e naturais. Tais questões, em especial, encontram melhores explorações no estudo de Donna Haraway (2003), que argumenta em favor de um “borramento” destas fronteiras.

Haraway, em *The Companion Species Manifest* (2003), busca explorar como poderiam uma ética e política comprometidas com o florescimento de uma *significant otherness* (“outridade significante”) ser aprendidas de forma séria nas relações cão-humano²⁷, e a partir desta relação, demonstrar como a história importa nas “naturezasculturas”. Segundo esta autora:

Beings do not preexist their relating's. “Prehensions” have consequences. The world is a knot in motion. Biological and cultural determinism are both instances of misplaced concreteness – i.e., the mistake of, first, taking provisional and local category abstractions like “nature” and “culture” for the

²⁷ Cães em toda sua complexidade histórica, não como analogia a outras reflexões, mas sobretudo como presenças materiais semióticas no corpo da tecnociência (HARAWAY, 2003).

world and, second, mistaking potent consequences to be preexisting foundations (HARAWAY, 2003 p. 6)

Conforme Haraway (2003) não existem sujeitos ou objetos “pré-constituídos”, nem atores unitários ou extremidades finais, mas apenas fundações contingentes. A autora, com base nas ponderações de Marilyn Strathern, afirma que as concepções “natureza” e “cultura” como oposições polares e categorias universais seriam um equívoco, pensando, todavia, em “conexões parciais”: padrões dentro dos quais os jogadores não são nem totalidades e nem partes, ou precisamente, uma *significant otherness*, sugerindo assim agenciamentos recíprocos. Considerando o objeto em questão em seu estudo, não poderia existir tão somente uma espécie de companhia, mas ao menos duas para fazer uma (HARAWAY, 2003). Em suma, segundo a autora:

The Companion Species Manifesto is, thus, about the implosion of nature and culture in the relentlessly historically specific, joint lives of dogs and people, who are bonded in significant otherness. (...) I want to convince my readers that inhabitants of technoculture become who we are in the symbiogenetic issues of naturecultures, in story and in fact (HARAWAY, 2003 p. 16-17)

Steil (2014) ainda aproxima o campo das “epistemologias ecológicas” às contribuições antropológicas, exaltando a perspectiva ameríndia que antes citei. Conquanto, o objeto central de Steil (2014 p. 168) orienta-se a exploração de um “topos epistemológico”, espaço para produção de “modos de conhecer que, partindo da crítica contemporânea à pretensão de universalidade da ciência normal (...) [busca] novos caminhos para o conhecimento válido”, abrindo o horizonte compreensivo a racionalidades e conhecimentos plurais, especialmente quando referenciados em percepções ecológicas, expressando os mais variados modos de conhecer e agir sobre o mundo. Tal como argumenta Steil (2014 p. 169-175), estes modos de conhecer representam um recurso:

(...) para diversas áreas sociais que se contrapõem a (...) visão científica positivista que pretende excluir da cena epistemológica saberes, crenças, tecnologias e rituais que são vividos como formas de imersão na natureza e de transcendência em relação àquilo que pode ser constatado pela objetividade do método científico. (...) As epistemologias ecológicas propõem (...) um modo de operar em termos do conhecimento que, longe de nos distanciar do ambiente, por um processo de objetivação do real, nos conduz a um engajamento e a uma imersão no mundo imediato e material da experiência; [e] abrir-se à possibilidade de estender a experiência para a diversidade da imaginação de outras espécies e elementos que partilham conosco a aventura da vida e do existir no universo.

Considerando que, para Steil (2014), uma das vertentes de compreensão epistemológica da crise ambiental é justamente a associação entre as bases epistemológicas que estruturam a ciência moderna ocidental e a produção da crise ambiental, reflexo dos “limites [existentes nos] (...) procedimentos positivistas das ciências na validação do conhecimento e na produção da verdade” (*ibidem*, p. 169), destaco percepções parcialmente semelhantes nas argumentações desenvolvidas por Latour (2004) e Leff (2006), que associam a crise ambiental à crise do próprio conhecimento, com destaque à assimetria expressa na diferente legitimidade entre conhecimentos diferenciais e hegemônicos.

Na concepção de Latour (2004), não trata-se de uma crise da natureza, mas, mormente, de objetividade do conhecimento científico moderno. Para o autor, a alternativa seria abandonar o *mito da Caverna*, passando a distinguir a Ciência das ciências, sendo a primeira a politização das ciências pela epistemológica (política), expressão que designa o desvio das teorias relativas ao conhecimento para dar razão à política, que mobilizou, por conseguinte, uma política ao abrigo de toda política: a Ciência. Segundo Latour (2004 p. 34), não questionar tal distinção implica em aceitar uma força política forjada para “fazer falar o mundo mudo, dizer a verdade sem ser discutida, pôr fim aos debates (...) por uma forma indiscutível de autoridade, que se limitaria as próprias coisas”. Sendo assim, visando resistir às ameaças da Ciência, se mostra necessário reaproximar as diferentes realidades produzidas pelas ciências (LATOURE, 2004).

Leff (2006), por sua vez, assume semelhante perspectiva ao associar a crise ambiental a uma crise de conhecimento, especificamente da lógica da ciência e do processo de racionalização operado na modernidade, fundadas em uma racionalidade econômica e instrumental. Segundo ele, desta crise emergem outros saberes, questionando os paradigmas estabelecidos e abrindo as portas do conhecimento para saberes, até então, negados (LEFF, 2006). Versando sobre uma “epistemologia ambiental”, este autor explora a expressão de um “saber” e uma “racionalidade ambiental”. Este saber ambiental não se reduziria à construção de um espaço interdisciplinar, mas miraria à construção de um espaço epistêmico e social forjado através do encontro de conhecimentos diferenciais, relacionando racionalidades e sentidos divergentes através de relações de *outridade* que nunca se completam ou totalizam-se (LEFF, 2006), semelhante ao sentido evocado no trabalho de Haraway (2003). Este jogo de *outridades* se traduziria em um diálogo de

saberes, onde o “ambiente” deixaria de ser tão somente um “objeto” de conhecimento para, por conseguinte, converter-se em uma fonte de pensamento, sensações e sentidos variados. Segundo Leff (2013), o repensar do conhecimento, em detrimento da racionalidade moderna, viabilizaria caminhos outros para a expressão de uma racionalidade ambiental, agora erguida sobre a re-emergência de conhecimentos subalternizados, o que exigiria uma descolonização do pensamento através da consideração de formas alternativas de interpretar a realidade, a “natureza”, a vida humana e as relações sociais, ou precisamente, “modos distintos de construir a vida humana no planeta” (LEFF, 2013 p. 17). Está em jogo, então, a valorização de conhecimentos diferenciais, relegados a menor importância frente ao conhecimento “erudito e formal”, expressão destas “lutas históricas e suas estratégias presentes de poder” que atravessam o campo da “ecologia política” (LEFF, 2013 p. 17) e emergem como “crise ambiental”.

Neste sentido, as dicotomias centrais do projeto moderno começam a “borrar” suas fronteiras e abrir espaço para a emergência de novos horizontes de compreensão, epistemologias outras, possibilidades, contingências, formas outras de conceber o universo e de agir. Agora, restaria acompanhar os deslocamentos e desdobramentos na produção de conhecimento face à complexa questão ambiental contemporânea, incluindo a emergência de vozes e de saberes historicamente subalternizados, possivelmente capazes de colaborar em interpretações e em alternativas visando a conservação e construção de subsistência, pretensões antagônicas à totalizações, mas fundadas em um “diálogo” de conhecimentos e racionalidades. Todavia, o caso empírico e as análises que seguem apontam uma tendência nos estudos críticos sobre conflitos ambientais desencadeados por ações realizadas em nome do “desenvolvimento”, mais especialmente no que tange à construção de barramentos e de outros “grandes projetos”, o que parece envolver dinâmicas de desconsideração da história, dos conhecimentos e perspectivas de futuro dos sujeitos impactados.

“DESENVOLVIMENTO” EM DISPUTA: A BARRAGEM MARRECAS E O CONFLITO AMBIENTAL DECORRENTE DE DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE “SER HUMANO” E “NATUREZA”

Vila Seca e Criúva são distritos de Caxias do Sul, e pertencem à região dos Campos de Cima da Serra, o que corresponde a mais de 40% do território total do

município. Destoando da colonização italiana e alemã que se instalou na região de floresta, os campos tiveram uma colonização anterior feita por açorianos e outros descendentes portugueses. A principal atividade desta região foi e continua sendo a criação de bovinos de leite e corte, criados majoritariamente sobre o campo nativo e utilizando sistemas de produção baseados na queima do campo para seu manejo. A estrutura fundiária da região varia de 30 a 50 hectares, sendo em sua maioria estabelecimentos familiares. Vila Seca e Criúva estão entre os distritos onde foram demarcadas bacias de captação de água para o abastecimento da porção urbana do município de Caxias do Sul, uma das maiores cidades do Estado, que possui uma intensa produção industrial e umas das populações que mais aumenta. No ano de 2012, foi inaugurada em Vila Seca a barragem do arroio Marrecas, uma das maiores do Estado do Rio Grande do Sul. Tal como sugerem as ponderações de Ribeiro e Miguel, paradoxalmente,

(...) apesar do temor que originou seu nome, Vila Seca tem muita água, e hoje é dona da riqueza que a zona urbana da segunda metrópole do Estado não tem: os mananciais de água potável, as apregoadas águas excelentes, reconhecidas como um tesouro já nas descrições da época do Sistema Sesmeiro [1760] (...) (Ribeiro; Miguel, 2012 p. 22).

A região de implantação da barragem Marrecas há tempos lida com esse assunto. Destaco a existência da barragem Faxinal, implementada no ano de 1992 e tendo operação datada até, aproximadamente, o ano 2010²⁸. Ainda no ano de 2009, iniciaram-se as obras da Marrecas²⁹ como alternativa para o fornecimento da água deste município. Segundo projetado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE)³⁰, dois empreendimentos semelhantes são previstos no intuito de manter o abastecimento da região urbana do município de Caxias do Sul, e em especial a exploração das micro bacias Mulada e Sepultura. Neste sentido, a construção de barramentos e as repercussões neste município parecem conformar um quadro sócio-histórico de aproximadamente 45 anos, “habitando” o imaginário e

²⁸ Hoje tal barragem abastece aproximadamente 60% deste município, diferente dos 80% em períodos anteriores.

²⁹ O investimento foi aproximadamente R\$ 255 milhões, partilhados entre o poder público municipal, com 40% do recurso, e federal, contribuindo com seu restante, financiamento via Ministério das Cidades.

³⁰ Esta autarquia foi criada pela Lei n° 1.474 de 5 de janeiro de 1966, e compete a tal órgão “estudar, projetar e executar diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, que não forem objeto de convênio entre prefeitura e os órgãos federais ou estaduais específicos” (SAMAE, 2016a).

as perspectivas de futuro dos sujeitos que residem nestes distritos onde os projetos foram e, contrariando os interesses de seus moradores, continuarão a ser implantadas.

O Sistema Marrecas, projeto aqui em discussão, consiste num barramento hídrico operacionalizado desde 2012 pelo SAMAE e compreende uma área de 489 ha, 245 de terras alagadas. Com capacidade para abastecer cerca de 260 mil pessoas, a Marrecas abastece aproximadamente 45 mil pessoas hoje. A barragem abastece apenas o espaço urbano do município, considerando que o meio rural é abastecido através do uso de poços artesianos. Tal diferença, nas palavras dos funcionários do SAMAE, é atribuída à dispersão das comunidades que habitam o espaço rural, o que ampliaria os custos de distribuição e inviabilizaria sua ocorrência. Nota-se os limites da distinção “rural” e “urbano”, sendo pertinente apontar sua permeabilidade e interdependência. Neste caso, especialmente, percebe-se que estas localidades, consideradas como espaço rural, acabaram por absorver os “impactos” ambientais do projeto, enquanto o meio urbano foi “beneficiado” com o abastecimento de água.

Nos momentos que antecedeu sua implantação, grandes porções de terra teriam sido adquiridas junto a parte dos produtores que ali residiam, com destino a área de conservação ambiental – poucos produtores continuam no entorno desta represa. A compra destas propriedades, entretanto, expressou uma problemática “recorrente” nos diálogos estabelecidos: as difíceis negociações (ao menos na perspectiva dos atingidos) entre moradores e poder público em calcular o valor das indenizações por essa remoção, reduzidas a termos estritamente econômicos e desconsiderando, por consequência, questões relativas a identidade, história e pertencimento. Na região deste barramento viviam, anteriormente, cerca de 60 agricultores, considerando os sujeitos situados mesmo que parcialmente na área adquirida.

A partir da idealização da barragem Marrecas, ou mais especificamente demarcação das bacias de captação, e sua construção, iniciou-se um processo de sobreposição das formas de ocupação tradicional destes campos, configurando na localidade um cenário de conflito ambiental, que pode ser definido, segundo Henri Acselrad, como

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do

meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (...), decorrente do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Assim, tem-se o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sendo o processo de designação daquilo que é “ambientalmente benigno” ou não marcado por constantes negociações, alterando entre legitimação e deslegitimação das práticas de apropriação das bases materiais desta região (ACSELRAD, 2004). Em Vila Seca destaca-se o impacto da barragem sobre a vegetação, considerando que foram extraídas cerca de três mil araucárias nestas áreas alagadas, e sobre a população local, dado o deslocamento de cerca de 60 agricultores e a implementação de uma série de restrições e atos rotineiros de fiscalização dos processos produtivos e de lazer, incluindo a livre circulação na localidade.

Quando arguidos sobre a aceitação da barragem Marrecas pelos moradores, interlocutores vinculados ao SAMAE comentaram certa “negação” por parte de “ambientalistas” da região, mas, para um, “90% da população já entendeu esta necessidade”. A partir da fala de seus propositores notou-se que a aceitação deste projeto de desenvolvimento pela comunidade (atingidos ou não) seria o resultado de um contínuo processo de compreensão da “necessidade desta barragem”.

Falando sobre as audiências públicas, o assessor da SAMAE acredita que se fizeram relevantes no “intuito de um fazer crer na necessidade deste projeto”, ou precisamente, a justificação da barragem através da construção e defesa de sua necessidade. Um dos assessores do SAMAE elencou o como maior justificativa o crescimento populacional da cidade de Caxias do Sul, e desta forma, do grande aumento da demanda de uso da água. Com esse mesmo argumento justifica-se a necessidade de exploração das bacias Supultura e Mulada, situadas na mesma localidade.

Versando sobre o abastecimento do setor urbano de Caxias do Sul, um dos agricultores atingidos afirma, “Caxias [do Sul] ficou beneficiada (...), já os moradores aqui, meu deus do céu”, uma vez que, segundo ele, a barragem Marrecas “fez um estrago grande aqui, e vai fazer na Mulada e na Sepultura”, pois “onde nós vamos agora é tudo barragem”.

No ato de negociação para a implantação da barragem, na ideia de adquirir as propriedades no entorno da represa, uma visão de preservação de um assessor técnico do SAMAE se destacou. Caminhando no entorno da barragem, momento de apresentação da mesma, disse que, no trabalho de sua equipe, empenham-se em: “preservar uma área grande sem que as pessoas a habitem”. Torna-se útil problematizar essa percepção de uma “natureza intocada”, sem a presença e “interferência” do homem”: para o SAMAE, tem-se a natureza como “domínio da realidade” (LATOURE, 2004), “objetivo”, sendo necessário afastar a população que causaria riscos a sua manutenção/preservação. Todavia, a partir de explorações de autores como Neske (2009) e outros autores interessados no tema da pecuária familiar e de seus processos produtivos realizados em campos nativos, sem os “agenciamentos recíprocos” (HARAWAY, 2003) entre o “ser humano” e a “natureza”, ou precisamente, do pisoteio realizado pelo gado e das técnicas utilizadas pelos moradores, a biodiversidade tenderia a sofrer alterações significativas em sua estrutura, comprometendo a preservação da paisagem dos campos nativos, e por conseguinte, dos recursos hídricos da região. Essa visão defendida pelo SAMAE se confirmou a partir das conversas realizadas com os atingidos e com os técnicos da SMAPA. Para ambos, quando demarcadas as bacias visando a captação, se estabeleceu práticas de fiscalização ostensivas, que impôs a população local à legislação ambiental e uma rígida normatização, limitando atividades produtivas e comprometendo a possibilidade de reprodução socioeconômica das famílias. Dentre os impactos desta representação expressa pelo SAMAE se evidenciam restrições de utilização do espaço através da exigência de licenciamentos para diversas atividades realizadas nas propriedades, como, por exemplo, a construção de casebres; e, restrições à circulação humana, incluindo as práticas de lazer (banhos nos arroios), pesca e manejo do pinhão, gerando, através das “limitações impostas às atividades produtivas no seu âmbito, restrições de uso inadequadas que não levam em conta os interesses reais e [as mais diferentes] representações de natureza (...) [mantida pelas] comunidades locais” (ZANONI, et al, 2000 p. 41). Em mesma medida, as restrições geraram grande decréscimo nos valores das terras desta localidade – justamente em virtude das restrições estabelecidas para o uso do espaço pela legislação e das limitações produtivas.

Se o SAMAE demonstrou orientar-se por uma perspectiva “preservacionista” que concebe toda intervenção da população local na “natureza” como nociva, a

população local, por sua vez, se diz portadora de saberes fundamentais para a preservação destes campos nativos, ainda que seus saberes não sejam considerados. Práticas antes realizadas pelos produtores da região, como uso de queimadas e pastoreio extensivo, foram motivadas e a serem abandonadas em projeto³¹ promovido pela SMAPA visando reduzir os impactos das barragens, já existentes e futuras. Em seu lugar, foi estimulado a utilização de saberes técnico-científicos que defendiam roçadas em substituição às queimadas, a introdução de novas espécies de pastagens através do plantio direto e a utilização de pastoreio rotativo (BRASIL, 2016). Estas mudanças foram justificadas por serem uma "racionalização" do processo produtivo, vistas como um "melhoramento" das atividades que levaria por consequência a uma maior produtividade; mas, como contrapartida, os saberes mantidos por esses produtores foram classificados como "não-rationais" e desvalorizados frente ao conhecimento "erudito e formal" (LEFF, 2013). Neste cenário, frente a uma perspectiva "preservacionista" que acaba por polarizar o "ser humano" e a "natureza", reforçando essa distinção constitutiva do pensamento moderno, tem-se uma postura que reivindica sua necessidade para a conservação da região, se afirmando portadores de conhecimentos e práticas fundamentais para sua preservação e se percebendo como constituintes desse espaço "natural". Desta forma, tem-se o "preservacionismo" como símbolo desta representação que impulsiona o ideário moderno e sua dicotomia "natureza" e "sociedade" ao extremo, gerando implicações práticas à manutenção dessas populações situadas nos distritos de Vila Seca e Criúva. Como bem problematiza Zanoni et al (2000 p. 41):

Convém situar o preservacionismo no domínio das representações sociais, reveladoras de uma determinada visão de natureza e de intervenção humana sobre a mesma. Neste sentido, o preservacionismo ambiental pode funcionar como uma ideologia, não no sentido de reflexo da realidade mas (...) como uma forma de agir sobre o real (...). Se, por um lado, o preservacionismo pode funcionar como ideologia legitimadora de uma dada concepção de natureza e das relações que as sociedades mantêm com a mesma, por outro, é um espaço de representação simbólica onde atuam forças sociais com diferentes projetos de sociedade e de entendimento do papel da natureza.

Segundo Cunha e Coelho (2005), nesta perspectiva "preservacionista" os problemas ambientais acabam sendo enfrentados pela implementação de um

³¹ Projeto de Preservação das Áreas de Produção de Água nos Distritos de Vila Seca e Criúva (BRASIL, 2016).

conjunto de leis rígidas acerca da forma de uso e acesso à terra e da exclusão de grupos sociais de ecossistemas considerados frágeis e ameaçados, caso do barramento Marrecas. Neste espírito, como desabafa um entrevistado, produtor impactado pela implantação desta barragem, bem como, dos futuros barramentos propostos: “vamos respeitar os homens velhos do cabelo branco que nasceram e tão ai [para logo afirmar em sentimento de indignação para com a situação], eles tem o poder na mão”.

Quando arguidos sobre a relação que os moradores estabeleciam com seu meio ante a proposição da barragem, um entrevistado, atingido por ela, citou a realização de pesca, acampamentos e banhos como atividades de lazer dos moradores, mas que com a barragem, “tudo isso terminou”, disse frustrado. Um entrevistado, aliás, cita o caso de um vizinho, que, ao perceber o nascimento de pinheiros em sua propriedade, tão logo os cortava. Segundo ele, sabendo das restrições e das futuras complicações, seu vizinho acreditava ser “melhor evitar o transtorno” antes possível. Aqui, portanto, percebe-se como uma proposta “preservacionista”, buscando propor a preservação do espaço natural através da desconsideração de sua população – levando a separação entre “natureza” e “ser humano” ao extremo – e suas formas de interação com o meio, incluindo todas tradições a estas relacionadas, termina por, paradoxalmente, causar um efeito reverso, mesmo que não seja planejado e intencional por parte destes agricultores degradar seu espaço, ainda que devido às restrições, fruto desta representação expressa pelo SAMAE, o acabe fazendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre diferentes representações da relação “ser humano” e “natureza”, nasce esse conflito ambiental. Além dos impactos gerados pela barragem Marrecas sobre a vegetação e a população local, considerando o deslocamento forçado de sessenta famílias e o acontecer de um processo lento de indenização às famílias, a representação defendida pelo SAMAE – ao “defender” uma “natureza intocada” e “objetiva” (LATOURET, 2004) – impôs a esta população uma rígida normatização, dificultando por conseguinte tanto a reprodução socioeconômica quanto hábitos

cotidianos relacionadas ao bem-estar das famílias que ainda residem nesta localidade, e isto em grande medida por desconsiderar seus saberes para a conservação dos territórios e suas raízes à localidade.

Falando sobre as desapropriações realizadas visando a construção da barragem Marrecas, mesmo que indenizadas parcialmente, pois segundo um agricultor atingido, comenta-se que “tem gente que ainda não recebeu”, o bastante para “compensar” os moradores da região na perspectiva dos propositores desse barramento – ainda que reduzindo o sentimento de pertencimento e os saberes dos moradores para com seu espaço a pragmáticos e calculáveis termos financeiros –, para uma agricultora atingida: “[...] eles [em referência direta ao poder público] vem aqui e dizem que é [uma questão de] utilidade pública [...], e se eu fosse na tua casa e dissesse para saírem por utilidade pública?”. Esse desabafo nos conduz a problematizar não somente o “uso dos recursos hídricos”, cabendo explorar as questões relacionadas com o abastecimento do setor industrial, por exemplo, mas especialmente o *modus operandi* de projetos de desenvolvimento como este e o modelo de desenvolvimento em jogo, questões que, junto às representações mobilizadas em sua promoção, emergem como campo para reflexões e problematizações.

Das ponderações aqui apresentadas, uma questão fundamental carece ser explorada: como construir “novos espaços epistêmicos e sociais” mediante este “encontro” de conhecimentos diferenciais, relacionando racionalidades e sentidos divergentes através de relações de *outridade* (LEFF, 2006) tendo em vista que, paradoxalmente, parte dos envolvidos “tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio” ameaçadas justamente pelo “exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004 p. 26)? Imagina-se que apenas estudos sobre outros conflitos ambientais, bem como o acúmulo de experiências que promovam deslocamentos na produção do conhecimento a partir da emergência da questão ambiental, atribuindo “estatuto” semelhante a saberes até então subalternizados, poderiam mostrar as relações de poder intrínsecas no conhecimento e nas estruturas institucionais que o restringem.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll. 2004. p. 13 - 34.
- ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, ano 16, v. 35, jan./abr., 2014.
- BRASIL. **Prêmio ANA 2014: Preservação das Áreas de Produção de Água nos Distritos de Vila Seca e Criúva**, 2015.
- CUNHA, L. H.; COELHO, C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, Antônio J. T. (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed. p. 43-79, 2005.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000
- FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: Comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana** 8 (2): 7-44, 2002.
- HARAWAY, Donna. **The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness**. Chicago: Prikly Paradigm Press, 2003.
- KAWAI, Maso. Newly-acquired Pre-cultural Behavior of the Natural Troop of Japanese Monkeys on Koshima Islet. **PRIMATES**, Vol. 6, No. 1, 1965, 1-30.
- LATOURETTE, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução Carlos Aurelio Mota de Souza. -- Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- LEFF, Enrique. **Aventuras de la epistemología ambiental: de la articulación de las ciencias al diálogo de saberes**. México, D. F.: Siglo XXI, 2006.
- _____. Ecología política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 11-20, jan./jun., Ed. da UFPR, 2013.
- LIMA, Edilene Coffaci de. Cobras, xamãs e caçadores entre os Katukina (pano). **Tellus**, ano 8, n. 15, p. 35-57, jul./dez. 2008
- NESKE, Márcio Zamboni. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009. 208p.
- RAYNAUT, C. Atrás das noções de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável: questionando algumas representações sociais. Curitiba, **Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE/UFPR**, ago. 2006.
- RIBEIRO, Cláudia; MIGUEL, Lovois. Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários: o caso do distrito de Vila Seca - Caxias do Sul/ RS. Anais (...) In: **Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**. 2012.
- SAMAE. **Página de apresentação**, 2016a. Disponível em: < <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/2>>. Acesso em: 09, Maio, 2016.
- STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, v. 20, n. 1 p. 163-183, 2014
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. UNB, 1997.

ZANONI, M. M. et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2. p. 39-55, jul./dez. 2000. Editora da UFPR.